

MANIFESTO DOS SERVIDORES DAS INSTITUIÇÕES AUTÔNOMAS DE ESTADO SOBRE O COMBATE AOS EFEITOS DO CORONAVÍRUS

Não sairemos do atual momento da mesma maneira que entramos. A pandemia do Covid-19 é sem sombra de dúvidas o maior desafio imediato a ser enfrentado em nosso tempo. O seu rápido avanço expôs de maneira inequívoca, as grandes contradições do sistema capitalista e do modelo atual de globalização, concentrador de renda e riqueza e produtor de desigualdades.

As principais bases de expansão do atual modelo, a apropriação do Estado por parte de grupos econômicos e a mercantilização de serviços públicos, seja: através das privatizações, pelas retiradas de direitos historicamente conquistados, através do mecanismo do sistema da dívida pública e outros, têm causado sérios prejuízos à sociedade. Nesse contexto e em meio a diversas medidas para o combate à doença e a pretexto disso, iniciativas do Poder Público têm sido levadas a termo, com o objetivo de maximizar os lucros de quem já tem muito, as custas da retirada de direitos e da redução do Estado.

Acompanhamos recentemente o socorro financeiro dado aos bancos pelo Governo Federal, da ordem de 1,2 trilhão de reais. Os mesmos bancos que emprestam dinheiro com os maiores juros do planeta. Ainda mais recentemente houve a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Medida Provisória 905 (carteira verde e amarela), que diminui os encargos trabalhistas, através da redução dos direitos dos trabalhadores mais jovens.

No Estado do Rio Grande do Sul, também a pretexto do combate ao Coronavírus, e empunhando a falsa bandeira do combate a privilégios, ocorre um movimento de empoderamento do Poder Executivo Estadual, a exemplo do que se passa no âmbito federal, pretendendo atacar as autonomias da Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça, através da redução dos repasses dos duodécimos. Eventual medida, de caráter estrutural, se levada a termo, ocasionaria de imediato atrasos nos pagamentos dos vencimentos dos servidores, sem sequer se aproximar das necessidades financeiras do Poder Executivo, tampouco combater privilégios.

Sempre batalhamos para que os trabalhadores não paguem a conta das crises causadas pela irresponsabilidade dos detentores do capital, também lutamos para que os serviços públicos sejam prestados sempre em favor da população e não do lucro. Neste momento de grave crise, reforçamos essa crença de que os serviços públicos jamais devem se submeter à lógica do capital, que faz com que só possa ter acesso quem tenha condições financeiras de pagar. Defendemos um serviço público eficiente e prestado para todos.

Uma vez que, o Governo Federal não assume a coordenação nacional do enfrentamento ao Covid-19, será necessário que o Estado do RS chame a si o papel de determinar a reconversão industrial necessária à produção local dos equipamentos e insumos para o combate à pandemia e a distribuição desses, especialmente para os profissionais da saúde. Isso é urgente! Repisamos: não haverá solução de mercado para esse estado de coisas.

As adequadas medidas estruturais para o Estado passam, como sempre defendemos, pela recuperação da sua capacidade financeira, que depende da revisão e da transparência das renúncias fiscais, da ampliação do combate à sonegação, da recuperação do planejamento estatal e da renegociação da dívida do RS com a União e sua auditoria, e de um novo pacto federativo. Essas são as políticas de responsabilidade fiscal que defendemos.

No entanto, tão somente como medida emergencial de curtíssimo prazo, e exclusivamente para o combate à pandemia e seus efeitos, o Estado pode e deve lançar mão neste momento, de forma criteriosa, dos mais de R\$ 3 bilhões de reais de que dispomos acumulados nos diversos fundos com destinação específica, com compromisso de reposição futura e sem prejuízo de outros remanejamentos orçamentários.

Dito isso, manifestamo-nos frontalmente contra qualquer ação, estatal ou privada, que vise a retirada de direitos, atrasos ou redução de salários de trabalhadores, públicos ou privados, e em específico, que ataque as autonomias das Instituições às quais pertencemos.